

Carney, José

DORA KRAMER

COISAS DA POLÍTICA

E o dinheiro, de onde veio?

Fosse uma sessão de defesa de tese sobre a calúnia, a conspiração, a inquisição, a ditadura e a arte de tergiversar deixando de lado o principal para desviar o foco do acessório, o senador José Sarney até não teria se saído de todo mal. Mas, como se tratava de um discurso com o qual, esperava-se, ele conseguisse substituir com palavras a imagem das cédulas de R\$ 50 amontoadas na empresa de sua filha Roseana, a tentativa resultou inútil.

Ou, por outra, serviu para reforçar a convicção geral de que a governadora do Maranhão não tem como explicar a origem do dinheiro que a polícia achou em seu cofre. Essa é a questão principal. Apenas uma única vez em todo o seu discurso o senador Sarney citou o fato referindo-se e dando fé à explicação fornecida pelo genro, Jorge Murad, de que se tratava de dinheiro de campanha.

Não se preocupou, no entanto, com um detalhe: dinheiro de campanha em geral é dado a candidatos e encaminhado aos comitês organizados pelos partidos. Mas o que vimos dias atrás foi R\$ 1,34 milhão estocados no escritório particular de uma empresa cuja sócia majoritária era a governadora e onde o seu marido e homem-forte do governo dava expediente todos os dias. Seria ali o comitê da campanha presidencial de Roseana e Jorge Murad, no exercício de cargo público, o tesoureiro?

Se é assim, o senador deveria pensar duas vezes antes de espalhar acusações sobre o uso do aparelho do Estado por parte de quem quer que seja. Ainda mais que está fresca na memória nacional a monumental distribuição de benesses estatais para que, na Constituinte, o então presidente garantisse mandato de cinco anos.

À falta de uma explicação consistente para o fato principal, o senador apelou ao mesmo tipo de veemência à qual recorreu Antonio Carlos Magalhães em seu discurso de renúncia, em que buscou discutir tese filosófica sobre o que é a verdade no lugar de dizer ao respeitável público por que foi mesmo que se achou no direito de mandar violar o painel de votações do Senado.

O tremor nas vozes era em tudo e por tudo semelhante. A raiva quase incontrolável de Sarney apenas se diferenciava na dimensão do descontrole que tomou conta de ACM. Ambos sabedores de que estavam ali naquela tribuna testemunhando o réquiem de uma política atrasada baseada no mandonismo e nas versões de circunstâncias. Esse o fundamento do desespero.

Essa a razão para que nenhum dos dois se constrangesse em recorrer à defesa do estado de direito como se detivessem a exclusividade do espírito democrático e jamais tivessem sido sustentáculos do regime militar até os últimos suspiros dele, quando bandearam-se para o lado do adversário a fim de escaparem dos efeitos da extrema-união.

A indignação exibida pelo senador José Sarney poderia até guardar relação com as razões expostas por ele – a revolta por ver a filha vítima de injusta e ilegal perseguição política – não tivesse se manifestado com tanto atraso e cálculo político sobre o melhor momento de se pronunciar. Sim, porque, se tivesse falado qualquer coisa logo no primeiro momento, teria sido desmentido pela exibição do dinheiro de origem ainda inexplicável.

Tal como fez Jorge Murad, que, na ausência de explicação convincente, deixou que fossem disseminadas seis versões diferentes na expectativa de que uma delas adquirisse verossimilhança.

Com todo o respeito que merece o ex-presidente José Sarney, por ter conduzido a transição democrática de forma institucionalmente impecável – o que lhe confere mesmo anistia aos desastres na área econômica –, até por isso não tinha o direito de sofismar com assunto de tal importância, afirmando que, no Brasil de hoje, vigoram métodos de coerção política semelhantes aos utilizados pela ditadura.

Ele sabe que isso não é verdade. E, a despeito de toda a sua revolta de ver o projeto de continuidade de sua dinastia maranhense no cenário nacional ir pelos ares, José Sarney não poderia cometer o equívoco de conspurcar de novo uma biografia que se recuperava bem, expondo-se ao acobertamento de um crime cuja origem ainda não se sabe se é meramente eleitoral.

Violentou seu temperamento, moveu-se pelo ódio, igualou-se àquele de quem procurou se diferenciar ao recusar o patrocínio da candidatura à presidência do Senado, fez ameaças veladas para entendimento exclusivo do Planalto, no lugar de explicitá-las e dividir com a sociedade o que sabe a respeito de irregularidades governamentais.

Comparou o clima vigente no país ao Peru, de Alberto Fujimori, e ameaçou recorrer a observadores estrangeiros de organismos multilaterais para vigiar a lisura das eleições.

Poderia ser até uma boa proposta, não ficasse o Brasil exposto à suspeição mundial não em nome das garantias democráticas, mas em defesa de bom punhado de reais que apenas anteciparam o desmonte de uma candidatura, cuja inconsistência seria exposta mais dia menos dia. Era apenas uma questão de tempo. Agora tornou-se uma questão, outra vez, do mau uso da alegação de razões de Estado.